

# VII

## ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

O ano de 1998 foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira internacional, iniciada a partir da crise asiática, em 1997, cujos efeitos tornaram-se mais severos do que inicialmente previstos, afetando, em menor ou maior grau, diversos países. Quanto ao Japão, que tem na Ásia seu principal mercado, a principal consequência foi a agudização da recessão interna. Em vários países emergentes, houve pressões recorrentes no mercado cambial em função da preocupação quanto à sustentabilidade dos desequilíbrios fiscal e/ou externo.

Em agosto de 1998, a moratória russa trouxe novas turbulências ao sistema financeiro internacional. Dessa vez, as consequências foram maiores para a economia brasileira, levando à adoção de pesadas medidas de natureza fiscal. Um programa de ajuda financeira internacional ao país, no valor de US\$ 41 bilhões, foi elaborado com a participação do FMI, Bird, BID, Banco do Japão e BIS, sendo este último responsável, também, pela coordenação de diversos países participantes do programa.

O programa supracitado foi uma das iniciativas do sistema financeiro internacional no sentido de atenuar os efeitos da crise e evitar o contágio a outras economias. Para tanto, foi fundamental a implementação do aumento de cotas do Fundo Monetário Internacional e do *New Arrangements to Borrow* (NAB), ativado pela primeira vez no programa de assistência ao Brasil. Tais medidas aumentaram a capacidade do Fundo em prover os recursos necessários ao socorro dos países afetados pela crise.

Como resposta à crise, as instituições financeiras de *Bretton Woods* empenharam-se mais intensamente na busca de medidas para prevenir o surgimento de crises bem como para consolidar a arquitetura do sistema financeiro internacional. Nesse sentido, houve um avanço significativo na discussão de medidas relativas à obtenção de maior transparência com relação às informações econômicas e dos sistemas financeiros, além da criação de códigos de conduta com respeito às políticas fiscal, monetária e financeira.

Além disso, buscou-se incrementar os programas de ajuda aos países menos desenvolvidos, por meio de programas como a iniciativa de redução de dívidas (*Highly Indebted Poor Countries - HIPC*) ou de programas especiais de ajuda a países

afetados por catástrofes naturais. Ademais, foi reforçada, no âmbito dos organismos de desenvolvimento, a preocupação em minorar os efeitos sociais advindos das crises financeiras.

### **Fundo Monetário Internacional (FMI)**

O número de países-membros do Fundo manteve-se em 182 durante o ano fiscal de 1998 (até 30.4.98). Suas ações foram concentradas no tratamento das duas crises financeiras (asiática e russa) e suas conseqüências para os demais países-membros, inclusive o Brasil.

Com o advento das crises, tornou-se necessária a mobilização de recursos financeiros em níveis excepcionais, além da criação de um novo mecanismo de assistência financeira (*Supplemental Reserve Facility - SRF*). Foi dada maior ênfase às questões de *surveillance* e transparência de informações como instrumentos para prevenir e administrar crises internacionais. Mais genericamente, a construção de uma estrutura de estudos, debates e decisões para o fortalecimento da arquitetura do sistema monetário internacional também foi discutida. Nesse particular, a Diretoria Executiva identificou como principais iniciativas:

- melhorar os sistemas financeiros doméstico e internacional;
- fortalecer ainda mais a *surveillance*;
- promover ampla divulgação e disponibilização de informações relativas a dados e políticas econômicas;
- reforçar o papel central desempenhado pelo FMI;
- introduzir procedimentos mais efetivos visando ao envolvimento do setor privado na antecipação e solução de crises financeiras.

O esforço do FMI para tornar mais transparentes e acessíveis as informações econômico-financeiras dos países-membros foi revigorado com o entendimento de que as dificuldades financeiras de alguns deles só assumiram proporções significativas devido à falta de provimento de informações ao mercado, à fragilidade de seus sistemas bancários e à abertura financeira incompleta e incorreta. Nesse contexto, insere-se também a iniciativa do Fundo em propor emenda ao Convênio Constitutivo com o intuito de ampliar sua jurisdição para a conta de capital dos países, objetivando, entre outros fins, sua liberalização.

A crise da Ásia exerceu impacto profundo na escala de assistência financeira do Fundo. No ano fiscal de 1998, os países-membros sacaram, sob as *Credit Tranches*, DES 19 bilhões (aproximadamente US\$ 25 bilhões). O Fundo aprovou nove novos Acordos de Assistência Financeira *Stand-by*, totalizando DES 27,3 bilhões, quatro novos Acordos EFF (*Extended Fund Facility*), comprometendo DES 2,8 bilhões adicionais, além de oito novos Acordos Esaf, no valor de DES 1,7 bilhão. Até o final de

1998, havia 60 programas do Fundo em andamento - 14 acordos *Stand-by*, 13 acordos EFF e 33 acordos Esaf.

Os números acima não incluem os compromissos assumidos pelo Fundo no Programa de Assistência Financeira ao Brasil, ao final do ano de 1998, no valor de DES 13,025 bilhões, que, por sua vez, alavancou outros US\$ 14,53 bilhões em empréstimos do BIS e do BoJ, além de US\$ 4,5 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros US\$ 4,5 bilhões do Banco Mundial (Bird).

A Diretoria do Fundo adotou diretrizes que definem o papel do Organismo na promoção da boa gestão pública, estabelecendo um tratamento mais abrangente à questão, tanto no contexto das consultas ao amparo do Artigo IV quanto das condicionalidades dos programas de assistência financeira, restringindo a abordagem, porém, aos temas sob sua jurisdição. O Comitê Interino, por sua vez, adotou o Código de Boas Práticas em Transparência Fiscal, que visa ampliar a qualidade e a credibilidade das políticas fiscais dos países-membros.

Quanto à divulgação de dados econômicos, verificou-se a necessidade de aprimorar o escopo do SDDS (*Special Data Dissemination Standard*), mediante o detalhamento de indicadores de passivos associados a reservas internacionais, das transações com derivativos dos bancos centrais, da dívida externa do setor privado e de indicadores preventivos para os sistemas bancários.

Ainda em 1998, foi aprovada a resolução referente à 11ª Revisão Geral de Quotas, elevando em 45% o seu número total. De acordo com a resolução, o Brasil passou a deter DES 3.036,1 milhões em quotas junto ao FMI, quase 40% acima do número atual (DES 2.171 milhões).

Cabe ressaltar, ainda, os trabalhos do Fundo com vistas a viabilizar a sustentabilidade do nível de empréstimos concessionais sob a Esaf (*Enhanced Structural Adjustment Facility*), bem como a utilização desse mecanismo como suporte à iniciativa de redução da dívida dos países pobres altamente endividados (Iniciativa HIPC), em coordenação com o Banco Mundial, Clube de Paris e demais organismos financeiros internacionais.

### **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**

Fundado em 20 de janeiro de 1930, o BIS exerce as funções de promoção e cooperação entre os bancos centrais e de provimento de facilidades adicionais para a condução das operações financeiras internacionais.

O BIS contava, até o fim do ano fiscal de 1998, com 45 Bancos Centrais associados, sendo 21 referentes a países desenvolvidos e 24 a países em desenvolvimento, além de

instituições financeiras privadas. Os países possuem o direito de representação e voto nas reuniões gerais, na proporção do número de ações possuídas. A Diretoria Executiva do BIS é composta pelos Governadores dos Bancos Centrais da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido, acrescida de Diretores designados por seis desses países. O Brasil passou a ser acionista do BIS a partir de 1997, quando o Congresso ratificou o Convênio Constitutivo do organismo.

Os ativos do BIS, em 1998, somavam US\$ 121,2 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões representavam recursos próprios (capital e reservas). O capital acionário autorizado do BIS corresponde a US\$ 2,9 bilhões, dividido em 600 mil ações de valor nominal equivalente a US\$ 4.853 cada; até 1998, foram emitidas 517.165 ações. Embora todas as ações proporcionem direito a dividendos anuais, os investidores privados não participam nem exercem poder de voto nas Reuniões Gerais do Organismo, prerrogativa outorgada exclusivamente aos Bancos Centrais.

O BIS administra os títulos do Tesouro americano mantidos pelo Brasil como garantia da dívida externa reestruturada (papéis do tipo *Brady*). No âmbito do acordo assinado em 1994, o organismo figura como agente responsável pela custódia desses instrumentos.

Além disso, vale ressaltar o papel desempenhado pelo BIS no Programa de Assistência Financeira ao Brasil, no qual a instituição atua como coordenadora de empréstimos no valor total de até US\$ 13,3 bilhões, em seu próprio nome e no de diversos bancos centrais de países desenvolvidos.

## **Grupo Banco Mundial**

O Grupo Banco Mundial é uma agência multilateral de financiamento constituída por cinco instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Internacional (CFI), Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (Miga) e Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento (ICSID).

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, fundado em 1944, é o maior financiador de projetos de desenvolvimento para os países em desenvolvimento de renda média e o principal catalisador de financiamentos para o mesmo fim, provenientes de outras fontes. Em 1998, contava com 181 membros. O Bird se capitaliza primordialmente via captação de recursos no mercado internacional de capitais.

No ano fiscal de 1998 (AF98)<sup>1</sup>, o Bird desembolsou US\$ 19,2 bilhões, um acréscimo de 7,9% em relação ao montante desembolsado no exercício anterior (US\$ 17,8 bilhões).

---

<sup>1</sup> O ano fiscal de 1998 do Grupo Banco Mundial refere-se ao período entre 1/7/97 e 30/6/98.

Foram aprovados US\$ 21,1 bilhões em novos financiamentos, 17,8% acima do montante comprometido no AF97 (US\$ 17,9 bilhões), cujos compromissos principais foram com a Coréia (US\$ 5,0 bilhões), a China (US\$ 2,3 bilhões) e o México (US\$ 1,8 bilhão). O maior beneficiário foi o setor financeiro, recebendo US\$ 6,1 bilhões; em seguida, os setores de transporte (US\$ 2,1 bilhões) e de educação (US\$ 1,6 bilhão).

Às regiões da Ásia Meridional, Ásia Oriental e Pacífico, as maiores beneficiárias, foram destinados US\$ 10,2 bilhões, 48,34% do total comprometido pelo Banco no ano. Em segundo lugar, aparecem América Latina e Caribe, com US\$ 5,7 bilhões (26,93% do total), seguidos pela Europa e Ásia Central, com US\$ 4,5 bilhões (21,16%).

No AF98, o Brasil obteve a aprovação de US\$ 1,6 bilhão, montante ligeiramente inferior ao US\$ 1,7 bilhão aprovado no AF97. Destacaram-se os projetos de modernização do setor público, com US\$ 425 milhões, destinados aos programas de privatizações e concessões dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Outros setores beneficiados foram o de meio ambiente, com US\$ 249 milhões, e o de transportes, com US\$ 231 milhões. No AF98, foram desembolsados US\$ 1,3 bilhão para projetos em execução.

Em 23.6.98, a Assembléia de Governadores do Bird aprovou um aumento seletivo de capital de 23.246 ações para cinco países - Brasil, Dinamarca, Espanha, Coréia e Turquia - reconhecendo, com isso, as discrepâncias entre a participação desses países no capital do Banco e o seu porte econômico, acumuladas com o passar do tempo. O aumento seletivo de capital proporcionará ao Bird US\$ 168 milhões de capital integralizado e US\$ 2,6 bilhões de capital exigível. Ficou acordado, também, que os cinco países realizarão aportes adicionais de US\$ 250 milhões ao capital da AID.

Como resultado do aumento seletivo, a participação brasileira foi aumentada em 8.341 ações. Com isso, o Brasil passará de 16º para 13º maior contribuinte do Organismo, equivalente a uma elevação do poder de voto de 1,6% para 2,1% do total.

No âmbito do Programa de Assistência Financeira aprovado em 1998 para o Brasil, no total de US\$ 41,8 bilhões, o Bird comprometeu-se a conceder financiamentos emergenciais ao país no montante de US\$ 4,5 bilhões. Na visão do Banco Mundial, o programa de apoio internacional foi estruturado a fim de assegurar ao país condições de empreender um ajuste em suas contas fiscal e externa, mediante adequado financiamento externo. Os recursos servirão para enfrentar as tendências de estagnação econômica, desemprego, inflação e aumento da pobreza, previsíveis em situações de crise.

O programa definido pelo Bird consiste de quatro empréstimos especiais de ajuste setorial, os *Special Sector Adjustment Loans*, num montante de US\$ 4,5 bilhões, a serem desembolsados em três anos, dos quais US\$ 3,0 bilhões em 1999. Esses empréstimos têm como características o rápido desembolso, as condicionalidades de ordem

econômica e institucional e a inexistência de contrapartida financeira interna. As condições financeiras são: taxa de juros de *Libor* mais 400 pontos básicos, com 1% de *front-end fee*; 0,75% de comissão de compromisso e amortização em 5 anos, com prazo de carência de 3 anos.

A Associação Internacional de Desenvolvimento, criada em 1960, conta atualmente com 160 membros, sendo a principal fonte de recursos concessionais para os países mais pobres com renda *per capita* anual, em 1997, inferior a US\$ 925. No AF98, a AID aprovou créditos no valor total de US\$ 7,5 bilhões, representando acréscimo de 31,6% em relação ao ano anterior. Desse total, apenas 4,8% foi dirigido a projetos em países da América Latina e Caribe. A região mais beneficiada foi a África (37,5%), seguida pela Ásia Meridional (33,9%). Os setores que obtiveram maior volume de créditos foram a agricultura (16,5%), educação (16%) e saúde e nutrição (14,4%). Os desembolsos foram menores no AF98, atingindo o total de US\$ 5,6 bilhões, 6,7% inferior ao total desembolsado no AF97.

Em virtude do aumento seletivo de capital do Bird, a cada ação subscrita correspondeu uma contribuição à AID no valor de US\$ 10.766,00. No caso brasileiro, isso significou um aporte de US\$ 89.799.206,00, que será pago durante um período de 5 a 7 anos.

Em 1998, prosseguiram as reuniões consultivas de negociação da 12ª Recomposição de Recursos (AID-12), que foram concluídas em novembro, na cidade de Copenhague, Dinamarca. A AID-12 levantou um total de DES 8,6 bilhões em contribuições, o que, somado aos demais recursos da Associação, permitirá a implementação de um programa de concessão de créditos da ordem de DES 15,3 bilhões nos anos fiscais de 2000 a 2002. A participação do Brasil, que aumentou sua contribuição em função das exigências do aumento seletivo de capital do Bird, chegou a DES 82 milhões (0,95% do total do *burden sharing*). A data prevista para entrada em vigor da Recomposição é 15 de dezembro de 1999. As contribuições deverão ser feitas à vista ou em três parcelas, por meio da emissão de notas promissórias anuais resgatáveis em sistema *pro rata*, ao longo dos próximos 5 a 7 anos, segundo as necessidades de desembolsos da AID.

A Corporação Financeira Internacional provê empréstimos e lança títulos com o objetivo de apoiar projetos do setor privado em países em desenvolvimento, prestando, também, serviços de consultoria. Similar à instituição privada, busca rentabilidade. Ao final do ano de 1998, contava com 174 membros, os quais determinam, coletivamente, a política de empréstimos e de participações. Criada em 1956, a CFI assumiu compromissos no total de US\$ 40,9 bilhões, dos quais US\$ 23,9 bilhões em empréstimos de recursos próprios e US\$ 17,0 bilhões em empréstimos sindicalizados, implicando participação em 2.067 companhias de 134 países em desenvolvimento.

No AF98 foram aprovados 308 projetos em 83 países, no valor de US\$ 5,9 bilhões, via participação acionária ou financiamentos. Desse total, US\$ 2,3 bilhões representam

recursos próprios, US\$ 1 bilhão refere-se a participações acionárias e o restante a empréstimos sindicalizados.

A região da América Latina e Caribe foi a maior captadora de recursos junto à Corporação no AF98 - US\$ 2,0 bilhões (33% do total). Desse montante, as empresas brasileiras levantaram US\$ 929 milhões, que serão destinados ao financiamento de 20 projetos, a um custo total de US\$ 2,4 milhões.

A Agência Multilateral de Garantia ao Investimento, cujo capital subscrito é de US\$ 1,1 bilhão, tem como objetivos prover garantias a investidores estrangeiros contra riscos não-comerciais em países em desenvolvimento e, em conjunto com os governos, atrair investimentos externos. Em 1998, 181 países haviam aceito o Convênio Constitutivo da Miga, entre os quais 145 ratificaram a adesão, tornando-se membros efetivos.

Foram aprovados, em 1998, US\$ 636 milhões em contratos de resseguros com cobertura total. As garantias totais da Miga equivalem, aproximadamente, a US\$ 4,6 bilhões, proporcionando cobertura a cerca de US\$ 27 bilhões em investimentos diretos em 63 países. Até o AF98, foram aprovados em torno de US\$ 201 milhões em garantias para o Brasil. O maior mutuário da agência é a Rússia, com 18% do total das garantias.

Em 1998, o Bird transferiu à Agência, a título de doação, US\$ 150 milhões, como parte do acordo que eleva o capital da Miga em US\$ 1,0 bilhão. A doação foi incorporada como reserva e será utilizada no cálculo do *ratio* dos ativos de risco por ela assegurados.

O processo de adesão do Brasil ao Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento (*International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID*) encontra-se em análise na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O ICSID assegura o fluxo de investimentos externos, aos países em desenvolvimento, por meio da oferta de instrumentos de arbitragem e conciliação. Criado em 14.10.66, conta, atualmente, com 146 países-membros.

### **Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mantém-se como a principal instituição multilateral de desenvolvimento atuante na América Latina e Caribe. Em 1998, a instituição canalizou US\$ 9,3 bilhões em empréstimos para a região, enquanto o Banco Mundial destinou cerca de US\$ 5,7 bilhões.

A tendência de valorização dos programas sociais se confirmou com a destinação de 46% do volume dos empréstimos para esse fim. Reforma e modernização do Estado vem em seguida, com 19%, enquanto infra-estrutura representou 18%. Houve, portanto,

evolução quanto aos números globais da atual carteira, que indicam a área social com 43%, seguidos por 29% para infra-estrutura e 15% para reforma e modernização do Estado.

Pelo critério de divisão por grupo de países, o BID manteve a tendência em dedicar cerca de 30% do volume de recursos a projetos que beneficiem países dos Grupos C e D (menor renda), excluídos os projetos regionais e as ajudas emergenciais. Assim, para esses grupos, foram aprovados, em 1998, US\$ 2,2 bilhões, um aumento, em valores absolutos, da ordem de 36% em relação a 1997.

Quanto ao tipo de instrumento, o organismo confirmou a tendência de favorecer os projetos de investimento (87,7%), em detrimento dos ajustes setoriais (12,9%). O total de recursos destinados ao setor privado, entre empréstimos e garantias, totalizou quase US\$ 600 milhões, 8% das operações contratadas no ano.

O BID desembolsou, no ano em questão, US\$ 6,6 bilhões, contra US\$ 5,5 bilhões em 1997. Descontados US\$ 2,1 bilhões que retornaram como pagamento de principal e US\$ 2,2 bilhões referentes a juros e outros encargos, observa-se um fluxo de caixa positivo, em favor dos países, de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões.

Ao Brasil, em 1998, o Banco aprovou 6 operações de financiamento, no montante de US\$ 1,6 bilhão, elevando o total acumulado a US\$ 17,2 bilhões. Os desembolsos totalizaram, igualmente, US\$ 1,6 bilhão.

Com o objetivo de contrabalançar os choques financeiros decorrentes das crises asiática e russa, o BID comprometeu-se a conceder financiamentos emergenciais ao Brasil no valor US\$ 4,5 bilhões. Os recursos destinam-se ao combate a problemas temporários de liquidez, à redução do impacto das crises globais sobre a atividade econômica geral e, em especial, à proteção dos gastos em favor dos mais pobres.

O programa definido pelo BID consiste de três empréstimos setoriais de emergência (*Emergency Sector Loans*), num montante de US\$ 3,4 bilhões, que serão desembolsados em 18 meses após a data de assinatura do contrato, e de um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, em condições normais, aprovado em setembro/98. Os *Emergency Loans* têm as mesmas características dos *Special Sector Adjustment Loans* do Bird.

O Fundo para Operações Especiais (FOE) concede empréstimos em termos concessionais a projetos realizados em países considerados menos desenvolvidos economicamente. No ano de 1998, foram aprovados 25 empréstimos no total de US\$ 686 milhões, sendo desembolsados US\$ 535 milhões.

No decorrer do ano, foi analisada a disponibilidade dos recursos concessionais do Grupo. Em decisão histórica, os países mutuários concordaram em converter, ao longo

de 15 anos, US\$ 2,4 bilhões, em moedas próprias, a serem utilizados na manutenção de um programa de créditos em condições concessionais e de cooperação técnica para os países mais pobres da região, além de viabilizar a participação na Iniciativa HIPC de redução do ônus do serviço da dívida da Nicarágua e, possivelmente, de Honduras. O montante a ser convertido pelo Brasil equivale a US\$ 718 milhões.

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), braço privado do BID, fornece empréstimos e participação acionária a pequenas e médias empresas da América Latina e Caribe, em especial àquelas sem acesso a outras fontes de capital acionário ou a financiamento de longo prazo. A Corporação possui 36 países-membros, dos quais 25 da América Latina e Caribe.

Em 1998, foram aprovadas 28 operações no valor de US\$ 223 milhões. Mais da metade foi destinada às economias menores da região; 19 das 28 operações envolveram outras instituições financeiras e fundos de ações privados. Do total aprovado em 1998, cerca de 85% foram direcionados a financiamentos de longo prazo e 15% a investimentos patrimoniais (participação acionária). Desde seu início, a CII já aprovou 202 operações, no valor total de US\$ 1 bilhão. Destas, 151 continuam ativas, atingindo o montante de US\$ 735 milhões. Para o Brasil, foram aprovadas, em 1998, duas operações no valor total de US\$ 16 milhões.

O montante subscrito pelos membros da CII, em dezembro de 1998, era de US\$ 203 milhões, valor que deverá ser elevado após a finalização das negociações em curso, relativas ao seu primeiro aumento de capital. O Brasil detém 11,5% do poder de voto da CII.

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi criado em 1993, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do setor privado e incentivar os investimentos privados nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe. A assistência do Fumin é, principalmente, não-reembolsável.

Os recursos do Fundo são administrados pelo BID em nome dos países-membros, constituindo-se na parte integral da capacidade de empréstimo do Banco. Um total de 24 países contribuem com o Fundo, cujos ativos atingem US\$ 1,1 bilhão. Japão e EUA são os maiores contribuintes, com US\$ 500 milhões cada. Com uma participação de US\$ 20 milhões, o Brasil é o maior contribuinte da região, juntamente com o México e a Argentina.

Desde a sua criação, foram aprovados 219 projetos, que totalizaram US\$ 413 milhões. Em 1998, o Fumin aprovou 65 operações (US\$ 137 milhões), com a seguinte distribuição por área:

- Pequenas Empresas: US\$ 78 milhões (57%);
- Cooperação técnica: US\$ 35 milhões (26%);
- Recursos humanos: US\$ 24 milhões (17%).

Para o Brasil, em 1998, foram aprovados 7 projetos, que atingiram a cifra de US\$ 22 milhões.

### **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD)**

O Grupo BAD/FAD é composto pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o Fundo Fiduciário da Nigéria (*Nigerian Trust Fund - NTF*).

O BAD é um banco de desenvolvimento multilateral que conta atualmente com 77 países-membros, sendo 53 regionais e 24 não-regionais, e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da África. O capital autorizado do BAD, em dezembro de 1998, era de US\$ 22,8 bilhões. Este valor será elevado para US\$ 30,7 bilhões após a efetivação do 5º aumento de capital, aprovado pela Assembleia de Governadores em maio de 1998. A participação do Brasil neste aumento será de US\$ 53 milhões (US\$ 3 milhões *paid-in* e US\$ 50 milhões em capital exigível), o que elevará sua participação de 0,37% para 0,44% do capital total. Os empréstimos aprovados pelo BAD, em 1998, atingiram o montante de US\$ 932 milhões, direcionados principalmente ao fortalecimento da capacidade produtiva e infra-estrutura socioeconômica, apoio a reformas estruturais e desenvolvimento do setor privado.

O FAD é um fundo que conta atualmente com 79 membros, sendo 53 regionais e 26 não-regionais. O Fundo disponibiliza financiamentos em termos concessionais (taxa de juros zero) aos membros regionais de baixa renda, e suas atividades são voltadas para a redução da pobreza. O montante subscrito pelos membros do FAD, até dezembro de 1998, era de US\$ 13 bilhões, valor que deverá ser elevado após a finalização das negociações da 8ª Recomposição de Recursos. O Brasil participa com 0,52% do *burden sharing* do FAD. Os empréstimos aprovados em 1998 atingiram o montante de US\$ 810 milhões, voltados principalmente para a agricultura, o setor rural e investimentos sociais.

No ano de 1998, o Grupo BAD/FAD deu prosseguimento a uma ampla e profunda reforma institucional, iniciada em 1995, centrada em quatro grandes áreas básicas: política operativa, administração financeira, reestruturação administrativa e governança institucional.

### **Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida)**

O objetivo do Fida é mobilizar e fornecer, em condições especiais, recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países-membros em desenvolvimento.

Em 1998, o Fida aprovou 30 novos projetos, no valor de US\$ 413 milhões, um acréscimo de 4% em relação ao ano anterior e de 10% em relação à média dos últimos 5 anos. Desse valor, 34,8% foi destinado à África Subsaariana, 25,3% à Ásia, 17,9% à América Latina e Caribe, e 22% à região norte-africana e Oriente Próximo. A assistência a países de extrema pobreza é prioridade e, por isso, a sua participação vem crescendo nos últimos anos. O objetivo é manter cerca de 200 projetos mais ou menos constantes. Dos 30 projetos aprovados, 23 deles (US\$ 316 milhões) foram concedidos em termos altamente concessionais.

### **Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)**

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) foi criado em 1974 com o objetivo de atender as necessidades de financiamento associadas com a promoção do desenvolvimento econômico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência, preferencialmente aquelas não atendidas adequadamente por outras fontes externas de recursos. Os países-membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Brasil e Argentina possuem, cada um, participação de 33,34% no capital, enquanto Bolívia, Paraguai e Uruguai participam com 11,11% cada. O total do capital subscrito, em 31.12.98, totalizava US\$ 308 milhões, dos quais US\$ 268 milhões em capital integralizado e US\$ 40 milhões em capital exigível.

Desde o início de suas atividades, até 31.12.98, foram aprovados 50 empréstimos, num total de US\$ 367 milhões. O Brasil participa com 4 empréstimos, no valor de US\$ 37 milhões, o que corresponde a 10,1% do total.

Na concessão de empréstimos e de cooperação técnica, o Fonplata outorga tratamento preferencial aos países de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Paraguai e Uruguai), tendo destinado a esses países, até 31.12.98, cerca de 76,2% do total de financiamentos. Em 1998, o total de desembolsos para projetos foi de US\$ 36 milhões.

### **Corporação Andina de Fomento (CAF)**

A Corporação Andina de Fomento - CAF, com sede em Caracas, Venezuela, é uma instituição financeira criada em 1970 pela Comunidade Andina das Nações (ex-Pacto Andino), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos países-membros e a integração regional. Além dos sócios regionais (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), a CAF conta, também, com a participação acionária de países extra-regionais.

**Quadro 7.1 - Comparativo dos maiores organismos internacionais**

Organismo	Número de membros			Capital subscrito-total do organismo			US\$ milhões		
							Capital subscrito pelo Brasil		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Grupo Bird <sup>1/</sup>				275 178	276 309	284 909	3 158	3 153	3 163
Bird	180	180	181	180 630	182 426	186 436	3 009	3 009	3 009
AID	159	159	160	91 413	90 587	95 055	94	92	102
CFI	170	170	174	2 076	2 229	2 337	39	36	36
Miga	134	141	145	1 059	1 067	1 081	16	16	16
Grupo BID				81 095	87 760	94 422	8 984	9 616	10 249
BID	46	46	46	80 895	87 557	94 219	8 961	9 593	10 226
CII	34	35	36	200	203	203	23	23	23
FMI <sup>2/</sup>	181	181	182	197 161	197 161	285 884	2 945	2 945	4 119

(continua)

O Brasil é membro extra-regional desde 1995, quando subscreveu 2.700 ações da série “C”, no valor de US\$ 25 milhões, inteiramente integralizados.

Em 1998, o total de ativos da CAF aumentou 15%, atingindo US\$ 4,7 bilhões. O patrimônio líquido também cresceu em relação a 1997 (12%), alcançando US\$ 1,3 bilhão. O lucro líquido evoluiu ainda mais (em torno de 19%), totalizando US\$ 83 milhões no exercício de 1998.

Como mutuário, o Brasil obteve aprovação para três projetos no ano em questão: dois para a construção dos ramos brasileiro e boliviano do Gasoduto Brasil-Bolívia (respectivamente, US\$ 80 e US\$ 85 milhões) e um terceiro para a conexão elétrica que partirá da Venezuela até a cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, no valor de US\$ 55 milhões. Além disso, foi inaugurado o Corredor Viário de Integração Brasil-Venezuela, que contou com financiamento de US\$ 86 milhões. As operações mencionadas, em andamento, incluem-se na carteira relacionada aos países extra-regionais e a operações especiais, que atualmente se encontra no patamar de US\$ 255 milhões, 7% do *portfolio* total do organismo.

O Brasil vem negociando o aumento de sua participação, que deverá ser efetivado mediante a subscrição de 2.512 ações de capital ordinário da Série “C”, no valor aproximado de US\$ 25 milhões, o que proporcionará maior margem para a contratação de empréstimos, face ao incremento da demanda por financiamentos na Região Norte brasileira.

**Quadro 7.1 - Comparativo dos maiores organismos internacionais**

(continuação)

US\$ milhões

Organismo	Total de empréstimos aprovados pelo organismo			Total de empréstimos aprovados para o Brasil		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
	Grupo Bird <sup>1/</sup>	30 498	26 483	35 067	1 600	2 332
Bird	14 656	14 525	21 086	875	993	1 618
AID	6 861	4 622	7 435	0	0	0
CFI	8 119	6 722	5 910	684	1 297	930
Miga	862	614	636	41	42	0
Grupo BID	6 838	6 199	10 286	1 704	1 499	1 642
BID	6 766	6 048	10 063	1 700	1 477	1 626
CII	72	151	223	4	22	16
FMI <sup>2/</sup>	26 000	7 220	43 144	0	0	0

Fonte: Relatórios Anuais dos Organismos

1/ Os dados referem-se ao ano fiscal do Grupo: de 1º/julho a 30/junho.

2/ Valores referentes ao ano fiscal do FMI: de 1º/maio a 30/abril.

Nota: DES/US\$ (29/3/99) = 1,35673